

DIREITO OU MERCADORIA? UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO SERVIÇO SOCIAL EM CAMPINA GRANDE-PB**Anuska Batista da Silva¹, Fabiano Santiago Cruz², Julianne Menezes Paiva³, Adriana Freire Pereira Férriz⁴**

¹ Universidade Estadual da Paraíba / Serviço Social, R. João Francisco de Araújo, nº 266, anuska_paz@hotmail.com

² Universidade Estadual da Paraíba / Serviço Social, R. Alberto Santos, nº 85, fabianosantiago2005@ig.com.br

³ Universidade Estadual da Paraíba / Serviço Social, R. Estácio de Sá, nº 675, jumpaiva222@yahoo.com.br

⁴ Universidade Federal da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Serviço Social, R. Manoel Aires de Queiroz, nº 82, adriana_jua@yahoo.com.br

Resumo – O presente estudo teve como objetivo principal analisar as expectativas profissionais dos alunos de serviço social de educação à distância em Campina Grande - PB. Procuramos traçar o perfil dos alunos, bem como, verificar suas dificuldades no processo ensino-aprendizagem. Esta pesquisa foi realizada em duas instituições de ensino superior de Educação à Distância, a UNITINS e UNOPAR, sendo seu universo composto por 36 alunos e suas amostras correspondendo, respectivamente, a 45% e 34% do universo de cada Instituição de Ensino Superior. Os resultados da pesquisa possibilitaram uma maior abordagem do processo formativo da categoria profissional do assistente social, permitindo entender que os alunos de ensino à distância apresentam dificuldades durante o processo-aprendizagem, como também na esfera da atuação profissional do assistente social. Contudo, a partir da problemática trabalhada, foi possível não somente indicar os limites de uma formação profissional de qualidade, mas analisar as novas configurações do mundo contemporâneo, as características de expansão do ensino a distância em serviço social e os novos perfis de assistentes sociais que surgem no século XXI.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação à distância, Expectativas profissionais, Ensino-aprendizagem.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O processo histórico da Política Educacional no Brasil é assinalado por crises e conflitos, resultantes dos projetos societários dos diversos grupos e segmentos da sociedade contemporânea. Diante disto, veremos as grandes problemáticas no ensino público, desde os primórdios da educação, seja na falta de estrutura e/ou de investimento na área, que reflete diretamente no processo ensino-aprendizado.

Desta maneira, diante dos desafios enfrentados, a atuação do profissional de serviço social nas diversas áreas de atuação é indispensável e necessária, pois no cotidiano, enfrentam-se complexas questões sociais que precisam ser estudadas e trabalhadas, sendo preciso que a atuação desse profissional seja crítica e participativa e esteja relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade social.

Partindo dessa análise, realizei meu estágio curricular na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Assis Chateaubriand,

juntamente com mais quatro alunos de serviço social, onde percebi as grandes dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de aprendizagem, resultante da falta de investimento por parte do governo no ensino público, como consequência do mundo contemporâneo. Com isso, temos em contrapartida uma nova modalidade de ensino, conhecida como EAD (Educação à Distância), a mesma vem mostrando-se como alternativa de ensino para muitos que alegam não ter “tempo suficiente” para seguir os horários estabelecidos pelas instituições de ensino. Logo, justifica-se a motivação em pesquisar sobre a Educação à Distância, todavia se os alunos do ensino médio e superior apresentam dificuldades nas aulas presenciais como se dará o aprendizado desses alunos nos cursos de Ensino à Distância.

Este trabalho teve como objetivo principal analisar as expectativas profissionais dos alunos de serviço social nos cursos de Educação à Distância, como também traçar o perfil desses alunos e verificar suas dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada em duas instituições de ensino superior à Distância: UNOPAR e UNITINS. Utilizamos como instrumento para a coleta de dados um questionário semi-estruturado com perguntas abertas que o próprio informante responde, sem necessidade da presença do pesquisador, objetivando assim captar informações necessárias acerca do tema.

O universo foi composto por 36 alunos da UNOPAR e 11 alunos da UNITINS, e suas amostras corresponderam, respectivamente a 45% e 34% do universo de cada Instituição de Ensino Superior. Para a análise de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que permite assim uma compreensão crítica dos dados obtidos.

Com a finalidade de obter um trabalho diligente e seguro, objetivamos em guardar com sigilo e privacidade a identidade dos entrevistados. Em que utilizamos para representação dos sujeitos da pesquisa a codificação por ordem numérica.

Resultados

Ao traçar o perfil dos alunos entrevistados, verificamos que tanto os alunos da UNITINS como os da UNOPAR são, em sua maioria, do sexo feminino (95%). A respeito da faixa etária, ambas instituições tem um público entre 20 a 30 anos que perfazem a maioria da amostra (57%), seguida da faixa etária de 31 a 40 anos com 24% e 41 a 50 anos que correspondem a 14%. A menor proporção identificada são dos alunos com idade acima de 51 anos (5%).

Com relação ao estado civil, observa-se que a maioria dos alunos, equivalente a 57% são casados e 43% solteiros. A renda média dos entrevistados até 01 salário corresponde a 27%, de 01 a 02 salários a 46% e acima de 03 salários 27%.

No tocante a motivação dos alunos, fizemos duas perguntas: O que o levou a fazer um curso à distância? E o que motivou a escolher área de serviço social? Na primeira pergunta obtivemos respostas bastante variadas, os alunos da UNITINS alegaram a questão do tempo, a comodidade e praticidade para conciliar tempo e estudo, já os da UNOPAR apontaram em 50% a questão de tempo, seguidos de outros fatores, como: flexibilidade nos horários, custo baixo e autonomia em planejar tarefas diárias. No segundo questionamento, as respostas também foram diversificadas, no que diz respeito à atuação e o campo de trabalho do assistente social.

Conforme destaca Alonso (2001), uma das principais características do ensino à distância é a flexibilidade, que favorece o aprendizado no sentido de proporcionar liberdade na escolha do tema, e poder escolher o material de aprendizado que mais lhe agrada além das disponibilidades pela instituição de ensino.

No que se refere às expectativas do curso, as duas instituições responderam positivamente que o curso de serviço social à distância atendia suas expectativas, no que tange a realização profissional, conhecimento, atuação profissional, seriedade da instituição, identificação com a área e preparação para o campo de trabalho.

No tocante as vantagens do curso à distância a UNOPAR e a UNITINS abordaram alguns pontos positivos em relação a flexibilidade em conciliar os horários, autonomia para planejar os estudos e afazeres domésticos, escolha de tempo, comodidade, modernização, organização nos trabalhos e menor custo.

Quando perguntamos a respeito das limitações do curso à distância, 75% dos alunos da UNITINS alegaram não ter dúvidas ou dificuldades, pelo fato da própria instituição fornecer um afável suporte, contra 25% que responderam apresentar dificuldades. Em contrapartida os entrevistados da UNOPAR, 60% afirmaram ter dificuldades em alguns determinantes, contra 40% que alegaram não ter nenhum tipo de imprecisão. Segundo lamamoto (2007), esse tipo de modalidade de ensino fragmenta o aprendizado, pois as dúvidas então surgidas não são esclarecidas, tornando o ensino pauperizado, resumido e escasso.

Por fim, perguntamos aos entrevistados de ambas instituições se eles sentem-se preparados para atuar no mercado de trabalho, 50% responderam que sente-se preparados pelo fato de participarem de movimentos políticos e sindicais, pela experiência adquirida no campo de estágio, identificação com o curso e realização profissional, os demais 50% afirmam não estar aptos a trabalharem como assistentes sociais, por ainda apresentarem dúvidas em relação a aprendizagem, como também, a falta de experiência em determinadas áreas que o serviço social atua.

Discussão

A história da política da educação no Brasil teve vários percursos, que evoluíram em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. A trajetória da educação é marcada por períodos que correspondem a medidas específicas da economia brasileira.

O primeiro período é caracterizado pela vinda dos jesuítas ao Brasil e a implantação do modelo agro-exportador na Colônia que tinha como

objetivo propiciar lucro à metrópole. No entanto, a educação indígena foi interrompida com a chegada dos jesuítas que se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. A estrutura social, nessa época, era formada por trabalhadores, senhores de engenhos, grandes latifundiários e os funcionários representantes da coroa. A política educacional era defasada e de caráter estatal. A colônia tinha um sistema educacional de elite, mas não tinha nenhum interesse em ampliar a escolarização de forma a atingir a classe subalterna.

Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil ocorreram mudanças no plano econômico, político e social, determinadas pela instalação do governo português na colônia. Diante disso, houve a necessidade de reorganizar a administração interna, pois a colônia que antes produzia para a exportação agora passou a produzir para atender suas próprias necessidades.

No segundo período, temos a Revolução de 1930 que foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão de obra especializada e, para tal, era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes decretos ficaram conhecidos como “Reforma Francisco Campos¹”.

A Constituição de 1937 introduziu o ensino profissionalizante e tornou obrigatória para as indústrias e sindicatos a criação de escolas para os filhos de operários ou associados. Em 1942, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) objetivando a preparação de mão de obra para a Indústria, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com a finalidade de formar contingentes para o setor do comércio.

O sistema educacional brasileiro, até 1960, era centralizado e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira LDB, em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Foram necessários treze anos de debate (1948 a 1961) para a aprovação da primeira LDB, se tornando, portanto, a medida mais importante tomada pelo Estado em relação à política educacional dessa época.

¹ Primeira reforma educacional de caráter nacional realizada no início da Era Vargas (1930/1945) sob o comando do então Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos.

O terceiro período foi marcado pelo golpe militar² (1964) que abortou todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram comunistas e subversivas. A educação no Brasil só teve respaldo, durante o regime militar, nos governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, quando houve aceleração no ritmo de crescimento da demanda social da educação, e, algumas medidas político-administrativas foram tomadas, tais como: o Censo Escolar e a decretação do salário-educação. Quanto ao nível superior, destacou-se a formação profissional voltada para o mercado de trabalho e a comercialização do ensino.

A década de 1980 foi extremamente significativa para a história da educação no Brasil. A perspectiva política e a natureza pública da educação são realçadas na Constituição Federal de 1988 que define e garante a educação como um direito de todo cidadão e dever do Estado. A década de 1990 marca a entrada do Brasil na nova divisão internacional da economia mundial via abertura econômica, privatizações, etc., desencadeada a partir do governo Collor e aprofundada nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Nos dias atuais, fundamentada no governo Lula, o discurso governamental baliza-se pela defesa da expansão da educação superior, isto é, a democratização do acesso ao nível superior de ensino, utilizando-se, para tanto, dos seguintes meios: participação do setor privado presencial, através de ampla isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (Pro Uni); participação dos setores públicos e privados de ensino à distância (EAD); ampla reestruturação do sistema público de ensino do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Contudo, todas as medidas criadas para qualificar a educação foram com o intuito de aproximar e direcionar o Brasil ao sistema capitalista internacional, ou seja, caminhar o ensino em direção a privatização a fim de atender os objetivos do desenvolvimento econômico do sistema, sem levar em consideração a qualidade do ensino, e assim favorecer o processo de sucateamento do sistema educacional.

A história da Educação à Distância no Brasil teve início em 1904, com as escolas internacionais, que representavam organizações norte-americanas. E após esse marco inicial, muitas outras organizações foram criadas, popularizando a EAD. Entre 1970 e 1980, instituições privadas e Organizações Não

² O golpe militar foi o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil, com “mão de ferro”, entre os anos de 1964 a 1985.

Governamentais (ONGs) passaram a oferecer cursos supletivos à distância.

Em 1992, O Ministério da Educação, estabeleceu a política de Educação à Distância, e dentro desta política surge o Programa Nacional de Educação à Distância (PNED), priorizando a realização de cursos de formação inicial e continuada a professores. Em 1995, foi criada a Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED) com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do conceito, métodos e técnicas que promovam a educação aberta flexível à distância visando o acesso de todos os brasileiros à educação. Em 2006, pelo Decreto nº 5.773, atribui à Secretaria de Educação a Distância (SEED) a responsabilidade pela regulação e supervisão da oferta de cursos de educação à distância em todo o país.

Ao longo do seu percurso a modalidade de Educação à Distância, vem apresentando algumas vantagens e desvantagens para o sistema educacional. No que se refere às vantagens, a EAD, segundo Paula (2010), traz contribuições para a reflexão da educação tradicional porque torna o aluno mais autônomo e independente; leva a educação para diferentes pontos do país geograficamente; o próprio aluno administra o seu tempo; permite uma variedade de alternativas metodológicas; diversifica e amplia a oferta de cursos.

A respeito das limitações, temos em relação ao ensino-aprendizagem, entre outros pontos: a escassez de pessoal especializado para elaboração dos materiais de apoio, principalmente, impressos; falta de critérios da avaliação dos programas e projetos; organização de projetos pilotos sem adequada preparação; trata-se de uma pedagogia da pergunta e não da resposta, e, além disso, a sociedade ainda não aceita a idéia de que as pessoas hoje fazem cursos livres, limitando, assim, a aceitação desses profissionais no mercado de trabalho. (PAULA, 2010).

Dessa forma, o ensino universitário acaba tornando-se fragmentado e resumido apenas a treinamento e a transmissão de conhecimentos. É nesta direção que se explica a regulamentação do Ensino à Distância para todos os níveis de ensino e o exponencial aumento de vagas no ensino superior.

No que tange o Serviço Social, os cursos de ensino à distância começaram a impactar o serviço social a partir de 2006, e segundo informações do MEC, até 2010 já contabilizou um total de 14 cursos distribuídos pelo Brasil.

Segundo lamamoto (2007), calculava-se que até 2010, teríamos um contingente de 10 mil profissionais/ano e que tal situação implicaria, futuramente, em diversas consequências, tais como: crescimento acelerado de desemprego na

área; redução do piso salarial; precarização das condições de trabalho; aumento de insegurança no trabalho; criação de um exército assistencial de reserva; falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária, entre outros.

Contudo, a oferta de ensino à distância é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária, nos permitindo vislumbrar a precarização do ensino e do trabalho profissional.

Segundo informações do MEC (BRASIL, 2011), em Campina Grande (PB) já temos a presença de vários cursos de educação à distância, em instituições públicas – UEPB, UFRN – e privadas – UNOPAR, UNIP, UNITINS, ULBRA, entre outros. Os cursos ministrados por essas instituições são, em sua maioria, seguidos de licenciatura e bacharelado, como administração, pedagogia, ciências sociais, letras, biologia, e, cursos de especialização, que envolve a área de gestão ambiental, gestão em saúde e gestão pública. No que se refere ao curso de serviço social, temos quatro pólos de ensino localizados na cidade, a saber: ULBRA, UNIP, UNOPAR e UNITINS.

O ponto mais discutido pelos alunos das duas universidades foi à questão do tempo. Muitos alunos preferem optar por um curso à distância, pelo fato de residirem em outros municípios, trabalharem e cuidarem dos afazeres domésticos. Mesmo esse tipo de modalidade, sendo favorável para os alunos, isso poderá acarretar, senão ministrado da forma correta, algumas implicações, no que cabe a flexibilidade no ensino, a comunicação presencial entre as pessoas como seres que se relacionam, a qualidade do ensino e do profissional no mercado de trabalho. Vale ressaltar que esse tipo de ensino favorece apenas a classe dominante, detentora do capital, que incentiva a ampliação da lucratividade das empresas educacionais. Conforme destaca lamamoto (2007), o ponto comum da expansão dos cursos a distância é a liderança empreendimento privado lucrativo que tem nessa modalidade de ensino uma oportunidade de ampliar suas taxas de acumulação.

Em relação às vantagens e desvantagens os alunos de ambas as instituições abordaram pontos relevantes e irrelevantes do ensino a distância, em que percebemos que a EAD está tornando-se uma alternativa de ensino para muitos que afirmam não ter tempo para frequentar uma universidade todos os dias, já que passam por rotina constante de trabalho e tarefas domésticas.

No que se refere às dificuldades encontradas pelos alunos - construção de trabalhos, ausência de professor em sala que esclareça as dúvidas, aulas resumidas e assuntos extensos – tais

fatores são características de um ensino à distância que, por sua vez, acaba desclassificando a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino universitário tende a ser reduzido ao treinamento, à transmissão de conhecimentos e ao adestramento que marcam o ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado. (IAMAMOTO, 2007).

Contudo, sabemos que atualmente o mercado de trabalho, encontra-se bastante competitivo, principalmente para os novos quadros de profissionais que surgem. Na nossa análise percebemos algumas dificuldades nos alunos de ensino a distância no que refere-se a aprendizagem e ao mercado de trabalho. Existe um debate relevante nas *entidades representativas do serviço social*³ contra a educação à distância no Serviço Social, todavia se o ensino presencial apresenta lacunas no processo-aprendizagem, como se dará a inserção dos novos profissionais, da modalidade de ensino à distância, no mercado de trabalho, como bem sabemos, das limitações existentes nesse novo processo de ensino.

Conclusão

A pesquisa possibilitou uma maior abordagem do processo formativo da categoria profissional do assistente social, bem como contribuiu para um maior conhecimento sobre o significado da expansão do ensino superior via EAD nos cursos de graduação em serviço social.

No entanto, a oferta de ensino à distância é uma estratégia utilizada pelo capital, que visa mercantilizar o ensino superior, tornando-o fragmentado e direcionado apenas a treinamento e a transmissão de conhecimento. Desta maneira, na discussão na contramão dos discursos pós-modernos, a educação superior perde o sentido de direito, passando a se tornar mercadoria, comercializada pelas instituições de ensino a fim de obter lucro. O foco não está na inclusão social do indivíduo pela melhoria de qualidade de vida, mas na mercantilização do ensino onde o aluno é tido como cliente e não como agente social de transformação.

Contudo, a partir da problemática trabalhada, foi possível não somente indicar os limites de uma formação profissional de qualidade, mas analisar as novas configurações do mundo contemporâneo, as características de expansão do ensino a distância em serviço social e os novos

perfis de assistentes sociais que surgem no século XXI.

Referências

- ALONSO, M. **Desenvolvendo a autonomia do aluno em EAD**. Projeto Nave: educação à distância. São Paulo, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (Coleção Saraiva de Legislação)
- _____, **Universidade Aberta do Brasil**. 2011. Disponível em: < <http://uab.capes.gov.br> >. Acesso em: 16 mai. 2011.
- _____. **Ministério da Educação**. IES. 2011. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 15 mai. 2011.
- Fonseca, André Luiz J. **Educação à Distância: pros e contras**. Disponível em: < <http://ead.uepb.edu.br> >. Acesso em: 30 mai. 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PAULA, Luciane Miranda De. **Universidade Virtual: estratégia de desenvolvimento institucional contemporâneo**. 1º edição. São Paulo, 2010.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e serviço social. **Revista. Katálysis**. Florianópolis. V. 2. Jul./dez. 2009.
- PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e Serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986. Pg. 55 a 71.

³ Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).